CRIANÇA E INFÂNCIAS, DA MODERNIDADE À CIDADANIA

Ana Isabel Pereira Cerdoso1, Marli de Oliveira Costa2

1 Centro Universitário Barriga Verde/Departamento de Educação Física/UNIBAVE [/ anaisabbel@gmail.com](mailto:/%20anaisabbel@gmail.com) 2Universidade do Extremo Sul Catarinense/Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão –PROPEX/UNESC/ [moc@unesc.net](mailto:%20moc@unesc.net)

***Resumo:*** *Este texto busca apresentar o contexto histórico acerca dos conceitos de criança, infância e cidadania. Para tanto, fez-se necessário revisitar a história, analisar como a sociedade ocidental percebia a criança, e concebia a infância e a experiência brasileira até os dias atuais, a contribuição do Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA, no estabele­cimento dos conceitos assim como os direitos da criança em ter infância e exercitar a cidadania. A trajetória histórica e social da infância e a institucionalização da criança, fase importante e singular do desenvolvimento do ser humano, vêm despertando a pré-ocupação de vários setores da sociedade onde a infância emerge como categoria histórico social, e como um foco de pesquisa da academia, despertando a atenção para situações dramáticas da atualidade envolvendo a criança, como a pedo­filia, o trabalho infantil, as taxas de mortalidade e de violência relacionadas a ela, neste período de maior valorização destes indivíduos.*

*Palavras-Chave: Criança Infância Autonomia Cidadania*

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade medieval a consciência de infância e sua singularidade não existiam, as crianças eram consideradas adultos em miniatura, hoje com todo o conhecimento construído sobre criança e infância, vive-se uma contradição, onde as políticas sociais a família e a escola, nãos garantem o direito da criança em ter infância e exercitar a autonomia e cidadania.

Os grandes avanços nos diversos segmentos da sociedade, como na área da saúde, da educação e assistência à criança, promovem um novo olhar para a infância, e a criança passa a ser considerada um ser competente, com o modo de pensar, fazer as coisas, e conceber o mundo de forma própria.

Na década de 1990 inicia-se as investigações sobre relações sociais como, por exemplo, a responsabilidade criminal, o envolvimento infantil no tráfego de drogas, e o abandono:

Esses estudos ultrapassaram os tradicionais limites da investigação confinada aos campos médico, da psicologia do desenvolvimento ou da pedagogia, para considerar o fenômeno social da infância, concebida como uma categoria social autônoma, analisável nas suas relações com a ação e a estrutura social.(Braga, 1997. p. 10)

Penso que a infância concebida como uma categoria social é um construto relativamente novo, porém o reconhecimento da criança como sujeito de direito, e a par­ticipação como ator da própria história, ainda não está totalmente firmado nas relações sociais e culturais da atualidade. Os avanços relacionados a criança e a infância, são tra­duzidos em direito a voz e na participação nas decisões que envolvem sua vida, a fala torna-se um instrumento da autonomia, pois ao manifestar-se a criança expressa tanto   
o que construiu de autonomia e cidadania quanto o nível destes já conquistados.

A ideia de infância é uma ideia moderna. Remetidas para o limbo das existências meramente potenciais, durante grande parte da Idade Média, as crianças foram consideradas como meros seres biológicos, sem estatuto social nem autonomia existencial. [...] Daí que paradoxalmente, apesar de ter havido sempre crianças, seres biológicos de geração jovem, nem sempre houve infância, categoria social de estatuto próprio. (Sarmento, 2002. P. 3)

Desde que Ariès publicou nos anos de 1970, seu estudo sobre o aparecimento   
da noção de infância na sociedade moderna, sabemos que as visões sobre a infância são construídas social e historicamente: “a inserção concreta das crianças e seus papeis variam com as formas de organização social”. (Kramer, 2003. p. 85)

De acordo com a autora, “[...] Entendo que políticas para a infância representam a possibilidade de tornar as conquistas legais um fato concreto, constituindo-se espaço de cidadania”. (Kramer, 2003. p. 97)

Ela, a infância, surge, lentamente com o decorrer da história da humanidade.   
Na complexidade das relações sociais as crianças constroem a identidade que as dife­rencia dos adultos. Avanços científicos tanto na área da educação quanto da saúde  
 e de políticas sociais definem novos conceitos relacionados à criança e seus direitos, porém nada disso garante que a criança tenha infância quiçá sua cidadania.

**2 CRIANÇA E INFÂNCIA**

Alguns pesquisadores foram em busca de documentos e relatos para traçar a tra­jetória da infância e então pensar, como ela se constituiu e como se percebiam a criança em cada sociedade. Um dos primeiros pesquisadores foi Philippe Ariès, por meio   
da análise de iconografias percebe as relações sociais da criança e a construção do con­ceito moderno de infância.

Kramer, 2003. Formula vários questionamentos acerca das relações sociais   
da criança, esses questionamentos são citado aqui como provocações necessárias para repensar a infância no contexto atual:

De que modo as pessoas percebem as crianças? Qual é o papel social da in­fância na sociedade moderna? Que valor é atribuído à criança por pessoas   
de diferentes classes e grupos sociais? Qual o significado de ser criança   
nas diferentes culturas? Como trabalhar com crianças pequenas de maneira   
a considerar seu contexto de origem, seu desenvolvimento e o acesso   
aos conhecimentos, direito social de todos? Como assegurar que a educação cumpra seu papel social diante da heterogeneidade das populações infantis   
e das contradições da sociedade? Não me proponho a responder essas questões, mais me sinto comprometida com elas e com o questionamento   
da sociedade contemporânea, do mundo atual, da infância de hoje. (Kramer, 2003. p.84)

Ariès certamente estava correto ao apresentar as crianças medievais inseridas gradualmente no mundo dos adultos a partir de uma díade precoce, ajudando os pais, trabalhando na condição de servas ou desenvolvendo o aprendizado de um ofício (Colin, 2004, p. 30).

Pierre Riché, escrevendo na década de 1960, afirmou, entre os séculos VI e VIII, o sistema monástico “redescobriu a natureza da criança e toda a sua riqueza” (Riché apud Colin, 2004, p. 34).

O historiador Jacques Le Goff asseverou que a “Idade Média utilitária” não tinha tempo para compaixão ou admiração pelas crianças, de forma que mal as notava (Le Goff apud Colin, 2004, p. 34).

Com o surgimento da organização familiar a figura da criança começa a tomar sentido, e neste contexto a Igreja tem uma parcela significativa na história da hu­ma­nidade, e não seria diferente com relação a criança, ela influencia e interfere, na família, na escola e no estado, consequentemente na infância.

O sentimento de família moderna, segundo Ariès, citado por Flandrin, (1988, p. 168), se desenvolve paralelamente ao sentimento da infância, e na Idade Moderna se reencontram. [...]” sobretudo com o gosto da intimidade familiar que aparece nas classes abastadas, no século XVIII”.

Tais extremos servem para lembrar de que a criança é um constructo social que se transforma com o passar do tempo e, não menos importante, varia entre grupos sociais e étnicos dentro de qualquer sociedade (Colin, 2004, p. 21).

Nos séculos XV, XVI e XVII, (Colin, 2004 p. 23) surge o reconhecimento de que as crianças antes de entrarem no mundo dos adultos precisavam de um tra­tamento especial, atualmente o desenvolvimento da ciência em várias áreas da Saúde e da Educação relacionados à criança, muda a referência tradicional que descreve a infância como meras etapas de desenvolvimento biológico e impregnam ao termo nova conotação de infância, numa preparação de criança e infância.

História da infância, História da Criança: as duas expressões não são sobre­poníveis. A palavra *infância* evoca um período da vida humana; no limite da significação, o período da palavra inarticulada, o período que deveríamos chamar da construção/ apropriação de um sistema pessoal de comunicação, de signos e de sinais destinados a *fazer-se ouvir*. O vocábulo *criança,* por sua vez, indica uma realidade psicobiológica referenciada ao indivíduo. Fernandes (2004:16)

Ariès apud Colin (2004, p. 23) refere, a civilização medieval não percebia um período transitório entre infância e a idade adulta. Seu ponto de partida, então, era uma sociedade que percebia as pessoas de menos idade como adultos em menor escala.

Na evolução dos tempos e no avanço dos séculos a criança começa a ser percebida como alguém com necessidade de maior atenção e assim inicia a demarcação de um frágil território entre ser criança e ter infância. “A infância é, obviamente, uma abstração que se refere à determinada etapa da vida, diferentemente do grupo de pessoas sugerido pela palavra crianças” (Colin, 2004, p. 22).

Ariès mal foi além da era moderna em seu livro, o que é curioso, dado ter os pensadores do século XVIII chegado mais próximo a nossas noções contemporâneas de infância do que qualquer de seus predecessores. Eles afirmaram com segurança que as crianças são importantes em si, em vez de serem simplesmente adultos imperfeitos. (Colin, 2004, p. 37).

Na sequência de fatos envolvendo a criança em sua trajetória histórica, o gradual valor dado a ela e a sua presença começa a ser percebida também pela fala, o direito a voz favorece à algumas crianças a oportunidade de manifestar-se, assim a linguagem pode ser traduzida como um meio de expressão e participação na vida social e um novo elemento, contribuindo na construção do conceito de infância.

3 LINGUAGEM E CORPOREIDADE

A linguagem é um marco importantíssimo do desenvolvimento da criança, pois materializa e carrega de significado a categoria que chamamos de “Infância”, toda a manifestação é incrementada pela linguagem e consequentemente promove a participação da criança, possibilita a expressão dos seus processos ideativos e criativos, qualificando o convívio social.

Ao longo do tempo a criança foi e é privada, de participar das relações sociais, tornando-a incapaz. *Platão* se refere a infância como o *in fans –* aquele que não fala, privado daquilo que é próprio do homem: a linguagem, portanto a razão. Porém a palavra infância não remete a certa idade, mas sim aquilo que caracteriza o início da vida humana: a incapacidade mais a ausência da fala. (Gagnebin, 1997 p. 86)

O pensamento infantil, expressado por meio da linguagem, e o raciocínio original e simples de ver o mundo, e solucionar seus conflitos é percebido pelo filosofo Rousseau e vem contribuir na construção das noções e das características dessa categoria.

De acordo com o historiador Colin (2004, p. 38), o filósofo Rousseau considera que o pensamento das crianças são diferentes do pensamento dos adultos. A infância “tem formas próprias de ver, pensar e agir”, e, particularmente, sua própria forma de raciocínio, “sensível”, “pueril”, diferentemente da razão “intelectual” ou “humana” do adulto. Então, poderiam aprender lições através das coisas, e não a partir dos ho­mens, “Respeitai a infância”, exortava ele, e “deixai a natureza agir bastante tempo antes de resolver agir em seu lugar”.

Neil Postman seguiu Ariès ao supor que a ideia da infância fosse uma invenção relativamente moderna e, a seguir, tentou atualizá-la (em 1982) ao observar que, “para toda a parte que se olhe, se pode ver que o comportamento, a linguagem, as atitudes e os desejos - até mesmo a aparência física - dos adultos e das crianças estão se tor­nando cada vez mais indistinguíveis” (Neil Postman apud Colin, 2004. p. 44).

O olhar mais atento a fala infantil, traz maior valorização da infância e abre espaço para a percepção do corpo da criança, mesmo que ligada a preservação da linhagem familiar, a expressão, e manifestação corporal inicia a demarcação da iden­tidade e da corporeidade.

Nos séculos XVI e XVII, abre a perspectiva da percepção sobre a individualização infantil, onde a imagem comprometida com os ancestrais familiares e a linhagem sanguínea, somada então ao pensamento médico e sustentado pela biologia, também contribui para a valorização da vida da criança e consequentemente do seu corpo. Começa a tomada de consciência de corporeidade da criança, porém a real corporeidade ainda não é concebida neste contexto histórico.

No final do século XVIII, pintores ingleses de retratos, como sir Joshua Reynolds e Thomas Gainsborough, romperam com a tradição de representar crianças reais e aristocráticas de forma que indicassem riqueza e status futuros, em vez de ima­turidade. Esses artistas refletiam nos corpos de seus sujeitos a crescente separação entre os mundos dos adultos e das crianças, contrastando a inocência da criança com a expe­riência do adulto (Colin, 2004, p. 40).

Essa consciência da vida e essa imagem da sucessão das gerações remetem a uma consciência do corpo muito diversa da nossa. Tal imagem do corpo era ambi­valente. Cada ser tinha seu próprio corpo, no entanto a dependência em relação a li­nhagem, a solidariedade de sangue eram tais que o indivíduo não podia sentir o corpo como plenamente autônomo: esse corpo era seu, mas também era um pouco “os outros”, os da grande família dos vivos e dos ancestrais mortos (Gélis, 1991. p. 312).

A história da infância também é marcada no continente americano, a criança, começa a ser percebida e a ser retratada com alguma referencia ao que se concebe hoje como infância, a corporeidade, a imaturidade e a ludicidade que lhe é inerente, nos Estados Unidos, em torno de 1750 os retratos de família passaram a se preocupar menos com apresentar as crianças como adultos em formação, aceitando, em vez disso, sua atitude lúdica e sua imaturidade. (Colin, 2004, p. 41).

Os fatos históricos mais recentes esboçam melhor percepção de criança e infância, a produção científica em várias áreas vem refinar e delimitar com maior precisão esses conceitos, percebendo a criança como sujeito de direito, e a necessidade de inter­venções e de ações com políticas sociais de proteção, participação e provisão.

4 AUTONOMIA DIEREITO E CIDADANIA

Os Direitos da Criança aprovados pelas Nações Unidas desde 1989 traz um conjunto de direitos fundamentais, próprios e inalienáveis às crianças de todo o mundo, porém:

[...] as desigualdades e a discriminação contra as crianças não apenas não acabaram nestes anos em que a Convenção foi aclamada por muitos países como um novo signo de civilização e de progresso, como estão actualmente em crescimento.” (Sgritta apud Braga, 1997, p. 18)

Já no contexto social brasileiro da infância dos anos de 1930, a criança torna-se alvo de intervenção política, tanto para a assistência social, quanto para o controle jurídico sobre a infância dos mais pobres. Esse conjunto de práticas foi ordenado no Código de Menores de 1927, quando a criança pobre começa a ser identificada como “menor”. (Nunes, 2005, p.74)

O Código de Menores tornou-se um marco da infância no Brasil, até meados de 1990: por um lado na proteção da criança e por outro de segregação, onde as crianças pobres eram identificadas como delinquentes e abandonados.

Ao longo dos anos, o sentido ideológico do termo “menor” foi impregnando práticas e representações e sua presença se faz sentir até os anos 1990 quando o “menor” convive e se confunde nas práticas sociais com a criança que começa a ser reconhecida como cidadã, sobretudo a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente. (Nunes, 2005, p.75)

A trajetória brasileira da história da Infância, passa por instituições de atendi­mento ao menor, como a FUNABEN, a LBA, assim como a reformulação dos códigos e políticas sociais para a infância, uma história de repressão abandono e exclusão, até o lançamento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Na década de 1980, são construídas as bases da reformulação dessa perspectiva de enfrentamento político e de intervenção na área da infância, a partir de várias iniciativas de juristas e de movimentos populares, sobretudo os liderados pelo Movimento Nacional dos Menores de Rua e, em 13 de julho de 1990, é lançado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90 (Nunes, 2005, p. 79)

Sem ainda ter firmado os conceitos sobre infância e criança nos diversos setores sociais, e sem ter garantido seus direitos fundamentais, a atual busca dessa categoria chamada Infância, é pela autonomia e cidadania, porém a criança não tem capacidade de buscá-las independentemente, ela necessita da permissão e promoção do adulto e das instituições envolvidas com as questões infantis, de forma a garantir-lhes as condições necessárias desses direitos.

Paralelamente, ao longo do século XX as ideias de Vygotsky, Wallon e o debate com Piaget mostram um avanço e revolucionam os estudos da infância, o significado ideológico da criança e o valor social atribuído à infância tem sido objeto de estudo da sociologia, ajudando a entender que a dependência da criança em relação ao adulto é fato social e não natural. (Kramer, 2003, p.86)

“Ao mesmo tempo em que a grave situação das populações infantis vem à tona, o discurso em defesa dos seus direitos cresce”. [...] “o mundo acordou para a existência da criança no momento que elas existem em menor número relativo”. (Kramer, 2003, p.88)

O esclarecimento e a afirmação do conceito de criança e infância tornam-se importantes, pois só a partir da compreensão do adulto desses conceitos, da relativa incapacidade infantil, e da percepção de um ser de direito, a criança poderá exercer a autonomia e se tornar cidadã.

Entre nós, o reconhecimento das crianças como cidadãs é conquista recente: apenas a partir da década de 1930 a escola elementar se tornou direito de todos e, após os avanços e retrocessos no cenário político brasileiro, temos uma Constituição democrática (promulgada em 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, ambos fruto de intensa mobilização política da população, que se configuram como avanços legais importantes, mas não se tornaram ainda realidade. *“*Embora a Constituição de 1988 tenha reconhecido o direito das crianças, como tornar esse direito um fato?” (Kramer, 2003, p. 97)

No entanto sabemos, o peso que carrega a palavra cidadania torna-se um fardo para a criança, que não compreende e não tem capacidade intelectual e emocional para suportá-la, assim existe a sugestão do termo “cidadania infantil”, onde é compartilhada com adultos capazes de perceber os limites dessa relação.

Em última análise, a inobservância dos aspectos fundamentais dos direitos das crianças repousa no cruzamento de variáveis econômicas, sociais e culturais. [...] Outra questão é da substância dos direitos da criança. A tradicional distinção entre direitos de *proteção, de provisão e de participação*, a investigação da aplicação desses direitos na construção e organização das políticas e gestão das instituições para a infâ­n­cia em particular nas escolas o da participação é o menos respeitado. (Braga, 1997, p. 18)

O direito da participação depende em contrapartida da permissão do adulto e da aceitação do outro para que a criança possa de forma efetiva “participar”, ser o ator da sua existência. A participação frequente e efetiva da criança em todos os seus processos de desenvolvimento, construção de conhecimento e de inter-relacionamento é que produzem a autonomia e consequentemente a cidadania, além da relevante contribuição na maturação da criança, num processo que se retroalimenta, quanto mais participa mais se reconhece e se manifesta com autonomia, mais desenvolve a cida­dania.

Conhecer as “nossas” crianças é decisivo para a revelação da sociedade, como um todo, nas suas contradições e complexidades.

Condição necessária para a construção de políticas integradas para a infância, capazes de reforçar e garantir os direitos das crianças e a sua inserção plena na cida­dania ativa. Cada criança se inserida na sociedade não como um ser estranho, mas como um ator social portador da novidade que é inerente à sua pertença à geração que dá con­tinuidade e faz renascer o mundo. (Sarmento, 2002, p. 1)

As crianças, todas as crianças, transportam o peso da sociedade que os adultos lhes legam, mas fazendo-o com leveza da renovação e o sentido de que tudo é de novo possível. (Sarmento, 2002 p.2)

REFERÊNCIAS

1. COLIN, Heywood. **Uma história da infância.** Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 21-47.
2. FERNANDES, Rogério e KUHLMANN, Moisés Jr. Sobre a história da infância. In: FARIA, Luciano Mendes Filho (org). **A Infância e sua educação:** Materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 15-34.
3. FLANDRIN, Jean-Louis. **O sexo e o ocidente evolução das atitudes   
   e dos comportamentos**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988. 366 p.
4. GAGNEBAN, Jeanne Marie. Infância e Pensamento In: GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo, (Org). **Infância, escola e modernidade.** São Paulo: UFP, 1997. 176p.
5. GÉLIS, Jaques. **A individualização da criança.** In: **História da vida Privada.** v. 3 São Paulo. Companhia das letras 1991, p. 19-43.
6. NUNES, Deise Gonçalves. **Reconhecimento social da infância no Brasil:** da menoridade a cidadania. In: VASCONCELOS, Vera Maria Ramos. (Org) **Educação da infância: História e Política.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005. P. 73-97.
7. SARMENTO, Manuel Jacinto e PINTO, Manuel. **As crianças: contextos e identidades.** Braga, 1997. P. 9-26.